



2ª ATA DE REUNIÃO DE TRABALHO
Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau TJSP
Portaria TJSP 9847/2020
Biênio 2020/ 2021

Assunto: 2ª Reunião de Trabalho do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) do TJSP.

Data: 17/04/2020

Horário 10h00 às 12h30

Local – Via Teams

Presentes: (nomes dos participantes ao final)

Trabalhos:

Dr. Carlos Alexandre Böttcher, Juiz Coordenador do Comitê, abriu os trabalhos, cumprimentando a todos e agradecendo a disponibilidade de participação na reunião virtual. Em seguida, deu início aos itens da pauta.

PAUTA

1) Planejamento Estratégico do TJSP: alinhamento aos objetivos e linhas de atuação da Política de Primeiro Grau - artigo 2º, inciso I e 4, inciso III, da Resolução CNJ 194/2014 (Apresentação do atual andamento do Planejamento Estratégico com o escopo de ensejar participação ativa do Comitê na sua elaboração. Responsável: Sra. Carmen Giadans Corbillon).

Manifestações - a **Sra. Carmen Giadans Corbillon**, Diretora de Planejamento (DEPLAN) e Membro do Comitê, informou que, diante da grave crise da pandemia relativa ao novo coronavírus, decretação de calamidade pública em saúde, prazos processuais suspensos e trabalho remoto, alguns ajustes foram solicitados pela E. Presidência do TJSP quanto ao cronograma das atividades de planejamento estratégico, o que estava sendo revisto em conjunto com o Juiz Assessor da Presidência para esses assuntos. Também informou que logo que houver finalização, comunicará o Comitê. O **Sr. Rodrigo Teixeira**, Coordenador (DEPLAN) e Membro suplente do Comitê, reforçou a importância de participação ativa do Comitê em todo o processo.

Deliberação - Deliberou-se que a **Sra. Carmen Giadans Corbillon**, Diretora de Planejamento (DEPLAN), apresentasse os documentos pertinentes ao Planejamento Estratégico, depois dos ajustes do cronograma, na plataforma Teams, sem prejuízo de manter o Comitê informado acerca do andamento, de modo a possibilitar a participação ativa do Comitê no auxílio da elaboração do referido Planejamento Estratégico.

2) Teletrabalho para Magistrados (Criação de Grupo de Trabalho Interno para elaboração de Projeto com o escopo de disciplinar o teletrabalho para Magistrados, conforme deliberado no Processo 2019/150481, para vigência depois do sistema de trabalho remoto implementado em razão da pandemia. Responsável: Dr. Böttcher).

Manifestações - Dr. Teraoka sugeriu expandir o teletrabalho para o interior e não apenas para a Capital. **Dr. Böttcher** esclareceu que se tratava de discussão de teletrabalho apenas de magistrados, pois a SGP já estudava, na gestão anterior, a questão de ampliação do trabalho remoto a servidores de todo o Estado. **Sr. Pedro Cristóvão Pinto**, Secretário de Gestão de Pessoas (SGP) e Membro do Comitê, confirmou que o teletrabalho dos servidores continuava em estudos naquela Secretaria. **Dr. Böttcher** informou o histórico da questão, que tinha tido origem em requerimento de criação de grupo de estudos formulado pelo CGOP1G 2018/2019 à E. Presidência da gestão anterior, a qual encaminhou à E. CGJ, advindo deliberação do Juiz Assessor de que o trabalho remoto deveria ser objeto de estudo e projeto por parte do próprio CGOP1G, pois inserido em sua esfera de atribuições. Diante disso, **Dr. Böttcher** indagou quem tinha interesse de participar do referido grupo.

Deliberação – Deliberou-se a criação de Grupo de Trabalho Interno (GTI) no âmbito do CGOP1G, conforme autorizado pelo r. despacho do Processo 2019/150481, com o escopo de estudar o assunto e formular projeto de regulamentação do trabalho remoto de magistrados em período pós-pandemia para apresentação ao Conselho Superior da Magistratura (CSM). O Grupo de Trabalho Interno (GTI) desenvolverá suas atividades pela plataforma Teams e será composto pelos seguintes membros: **1.** Dr. Carlos Alexandre **Böttcher** (Coordenador); **2.** Thiago Massao Cortizo Teraoka; **3.** Dr. Fernando Awensztern Pavlovsky; **4.** Dr. Marcos de Lima Porta (suplente); **5.** Dra. Cynthia Thomé (suplente); **6.** Dr. Ewerton Meirelis Gonçalves (suplente); **7.** Sr. Vagner Sebastião Sperone; **8.** Sr. Fabio Tagliaferro Yokoyama Makoto; **9.** Sra. Carmen Giadans Corbillon; **10.** Sr. Nelson Gonçalves Gomes Junior (suplente - SPI), **11.** Sr. Edson Categero Gonçalves; **12.** Dra. Ana Carolina Miranda de Oliveira (APAMAGIS).

3) Equalização da força de trabalho - artigo 2º, inciso II, da Resolução CNJ 194/ 2014 (3.1. Apresentação de relatório sobre o atual andamento da questão, conforme deliberação da ata anterior. Responsável: Sr. Pedro Cristóvão Pinto; 3.2. Discussão sobre a preocupação de eventual realocação de servidores do Primeiro Grau em razão do plano de contingenciamento antes de correta distribuição vertical da força de trabalho. Responsável: Dr. Thiago Teraoka; 3.3. Discussão sobre as lotações paradigmas das Varas Criminais e, Jecrim, em que

não se consideram os números de Inquéritos Policiais (IPs) e Termos Circunstanciados (TCs) como distribuição. Responsável: Dr. Thiago Teraoka).

Manifestações - **Sr. Pedro Cristóvão Pinto**, Secretário de Gestão de Pessoas (SGP) e Membro do Comitê, lembrou, brevemente, o que ocorrera desde a edição de Resolução 219 do CNJ, os estudos realizados e o trabalho de consultoria do Instituto Falconi, que trazia, a partir de 2019, novos elementos para a composição dos indicadores necessários, como por exemplo, peso das atividades. Porém, devido ao momento de crise, estava paralisado, esclarecendo que muitas das situações deverão trazer mudanças significativas, quando houver retorno às atividades presenciais. Esclareceu também que o trabalho remoto deve ganhar força e buscam-se mecanismos de aferições, tendo sido pedido estudos nesse sentido pela E. Presidência para que haja parâmetros e informações objetivas. Os Juízes Assessores da Presidência da área de Gestão de Pessoas, mesmo diante dessa situação de crise, solicitaram prosseguimento dos estudos; **Sr. Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama**, Secretário de Primeira Instância (SPI) e Membro do Comitê, esclareceu que, anteriormente, não havia estudo de peso dos processos e competências e que os Termos Circunstanciados (TCs) entrarão no cômputo e que estudos prosseguirão para avaliar a produtividade, atividades passíveis de realização em trabalho remoto e que há em andamento muitas análises para embasamento das decisões a respeito do tema; **Sr. Vagner Sebastião Sperone** comentou que mandados demandavam tempo e trabalho variados para cumprimento e que era necessário considerar as realidades locais, sugerindo estudos e criação de grupo para tal com representantes da SPI, SGP, DEPLAN para que as decisões do TJSP possam ter embasamento. **Dr. Böttcher** sugeriu que fosse apresentado estudo prévio por parte dos próprios Oficiais de Justiça para protocolamento perante a SPI. **Dr. Teraoka** referiu-se ao plano de contingenciamento, apresentado no último dia 31 de março pela E. Presidência do TJSP, com várias medidas, dentre as quais a determinação *aos (as) senhores (as) secretários (as) que promovam estudos voltados à otimização de pessoal e enxugamento da máquina administrativa, com realocação de pessoal, se caso, sempre observando as necessidades da Corte, apresentando-os à Presidência no prazo de 60 dias.* **Dr. Teraoka** solicitou que os Secretários observassem os ditames da Resolução 219 e o decidido pelo CNJ no processo 0006219-63.2017.2.00.0000 (*Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias suspendeu a redistribuição horizontal até que fosse realizada a distribuição vertical; houve acordo*), de modo que eventual redistribuição horizontal seja precedida da redistribuição vertical da força de trabalho. **Dr. Teraoka** argumentou que os Termos Circunstanciados (TCs) não são adequadamente tratados como *CASOS NOVOS* e conseqüentemente deixam de ser contabilizados nos *PROCESSOS BAIXADOS*, sendo desprezados para o estabelecimento do Índice de

Produtividade do Servidor (IPS) e da lotação paradigma, ou seja, o quantitativo mínimo de servidores para as unidades judiciárias. Prosseguiu esclarecendo que o TC é muito mais trabalhoso para os servidores do que um inquérito policial, em razão de uma fase *pré-processual*, com audiência de composição civil, de transação penal, denúncia e posterior suspensão condicional do processo, de modo que, mesmo antes da fase processual, poderão existir até três audiências, com intimação da vítima e do autor do fato. O cumprimento das medidas também fica a cargo dos JECrim, não sendo encaminhados à VEC. Eventual efetivação dos *Juízes de Garantia* retirará todos os Inquéritos Policiais (IPs) dos Juízes criminais, mas não alterará a competência do JECrim. Por fim, também lembrou a aprovação, no XIV FOJESP, de pedido para a criação de uma classe específica para o TC fora dos *Procedimentos investigativos*. Por fim, **Dr. Teraoka** solicitou que o TC passe a ter um *peso importante* no cálculo da lotação paradigma, pois equivale a um processo, pelo menos, para o cartório.

Deliberações – Deliberou-se que o **Sr. Pedro Cristóvão Pinto**, Secretário (SGP), apresentasse relatório escrito ao Comitê sobre o atual andamento da questão da equalização da força de trabalho e as atividades de consultoria do Instituto Falconi, **no prazo de dez dias (item 3.1.)**; Deliberou-se que as argumentações sobre equalização de trabalho vertical antes de eventual horizontal serão ponderadas nos estudos pelos Secretários **(item 3.2)**; Deliberou-se que as argumentações sobre os Termos Circunstanciados serão ponderadas nos estudos pelos Secretários **(item 3.3.)**.

4) Remoção de Servidores (Responsável: Sr. Pedro Cristóvão Pinto).

Manifestações - **Sr. Pedro Cristóvão Pinto**, Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), esclareceu que, inicialmente, as inscrições estavam previstas para abril de 2020, porém o prazo deve ocorrer até julho de 2020, atendendo inclusive a pedido da AOJESP e que a próxima será anual, aguardando-se esse período de crise para retomada. **Dr. Böttcher** mencionou que era necessária a participação de Juízes e Servidores nos Comitês, que deliberam a respeito do tema, sendo importante que fosse revisto o modelo e a processo mais participativo. **Sr. Pedro** esclareceu que havia essa representatividade, com a participação de cinco associações, e que talvez pudesse propor que a confecção de listas passasse pelo CGOP1G, dando-se maior transparência.

Deliberação - Deliberou-se a elaboração de minuta de ofício com requerimento para que o CGOP1G tenha acesso prévio às listagens de vagas no processo de remoção de Servidores.

5) Adequação orçamentária - artigo 2º, inciso III, da Resolução CNJ 194/2014 (Apresentação do atual andamento da proposta orçamentária e do

ofício encaminhado pelo CGOP1G com as sugestões. Responsável: Sra. Elisa Mitsiko Matsuse).

Manifestações – **Dr. Böttcher**, agradecendo as informações prestadas pela Sra. Secretária de Orçamento em atendimento à deliberação da primeira reunião deste CGOP1G, indagou sobre o andamento das propostas feita pelo Comitê. **Sra. Elisa Mitsiko Matsuse**, Secretária de Orçamento e Finanças (SOF) e Membro do Comitê, informou que o ofício do Comitê fora encaminhado à E. Presidência do TJSP e enviado a cada Secretaria do TJ, esclarecendo que a partir de 04/05/20 receberão os dados consolidados das Secretarias, considerando-se as solicitações do Comitê.

Deliberação – Deliberou-se que a **Sra. Elisa Mitsiko Matsuse**, Secretária (SOF), manterá o Comitê informado sobre o andamento das propostas por ele formuladas.

6) Demais linhas de atuação da Política de Priorização do Primeiro Grau e o papel do Comitê - artigos 2º e 4º, inciso I, da Resolução CNJ 194/2014 (Apresentação das linhas de atuação do Comitê nas gestões 2016/2017 e 2018/2019. Discussão sobre a atuação e projetos no presente biênio 2020/2021. Responsáveis: Dr. Böttcher e Sra. Carmen Giadans Corbillon).

Manifestações – **Dr. Böttcher** fez breve retrospecto sobre os planos de ação anteriores. Na composição do Comitê do primeiro biênio (2016/2017), elaborou-se plano de ação, que foi enviado ao CNJ. Na composição do Comitê no biênio anterior (2018/2019), elaborou-se novo plano com base no anterior, optando-se, naquela ocasião, por divisão de tarefas por áreas. Embora formalmente decidido daquela maneira, na prática não houve efetividade, razão pela qual **Dr. Böttcher** solicitou que os membros refletissem a respeito e trouxessem ideias e projetos com os quais o CGOP1G possa trabalhar no biênio atual de forma produtiva, eficiente e criativa.

Deliberação – Deliberou-se que a discussão prosseguirá pelo aplicativo Teams em razão de não haver tempo hábil para discussão mais profundada sobre o Plano de Ação do Comitê, a partir dos dois planos anteriores (2016/2017 e 2018/2019) e que o assunto será o primeiro item de pauta da próxima reunião do CGOP1G.

7) Plano de Contingenciamento de Despesas do TJSP e o Primeiro Grau (Apresentação do atual andamento e resumo das propostas sugeridas pelos Secretários membros do Comitê. Responsáveis: Sra. Elisa Mitsiko Matsuse, Sr. Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama; Sr. Pedro Cristóvão Pinto e Sra. Rosely Padilha de Sousa Castilho).

Manifestações - Os Secretários expuseram, de forma sintética, suas propostas e primeiras ideias quanto ao plano de contingenciamento determinado pela E.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidência do Tribunal de Justiça. Falaram **Sra. Elisa Mitsiko Matsuse**, Secretária de Orçamento e Finanças (SOF), **Sr. Pedro Cristóvão Pinto**, Secretário de Gestão de Pessoas (SGP), **Sr. Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama**, Secretário de Primeira Instância (SPI) e **Sra. Rosely Padilha de Sousa Castilho**, Secretária de Tecnologia da Informação (STI).

Deliberação – Deliberou-se que as discussões e dúvidas sobre as propostas do plano de contingenciamento prosseguirão pela plataforma Teams e serão objeto da pauta da próxima reunião virtual designada para **o dia 5 de junho, p.f. às 10:00 horas.**

Participaram da reunião virtual, via Teams:

CARLOS ALEXANDRE BÖTTCHER (Juiz Coordenador)
THIAGO MASSAO CORTIZO TERAOKA
FERNANDO AWENSZTERN PAVLOVSKY
CAROLINA MARTINS CLEMENCIO DUPRAT CARDOSO
JANAINA MARTINS VISCARDI
FABIANA RONCARATTI
VAGNER SEBASTIÃO SPERONE
JONES DA SILVA PIZZOL
PEDRO CRISTOVAO PINTO
FABIO MAKOTO TAGLIAFERRO YOKOYAMA
ELISA MITSIKO MATSUSE
ROSELY PADILHA DE SOUSA CASTILHO
CARMEN GIADANS CORBILLON
MARCOS DE LIMA PORTA
JOSE TADEU PICOLO ZANONI
EWERTON MEIRELIS GONCALVES
CYNTHIA THOME
EDSON CATEGERO GONCALVES
SIDNEY GONCALVES DOS SANTOS
JEAN CARLOS SOARES DE SOUZA
YURI MATEUS NAPOLEÃO LASZLO BROGGIO
NELSON GONCALES GOMES JUNIOR
RODRIGO TEIXEIRA
BRUNO MACHADO MIANO (APAMAGIS)
ANA CAROLINA MIRANDA DE OLIVEIRA (APAMAGIS)
ELIEL LAURENTINO DE MELO (ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS)
(Nada mais, eu, **Carmen Giadans Corbillon**, Diretora de Planejamento Estratégico do TJSP, minutei a presente Ata, a qual foi conferida e assinada digitalmente pelo **Dr. Carlos Alexandre Böttcher**, Juiz Coordenador do CGOP1G).